

História(s) da educação de jovens e adultos no Brasil

Profa. Maria Clara Di Pierro

mcpierro@usp.br

Professora da Faculdade de Educação da USP

Diretora de Ação Educativa

1º Momento: Ausência de políticas

Colônia



- Educação popular - restrita à catequese, ensino do português e ofícios manuais - entregue aos Jesuítas (1549/1759) que, no caso dos indígenas, privilegiam as crianças, sem “vícios” e “idolatrias”.
- Predomina cultural oral, inclusive entre as elites: a comunicação pública é feita em pregões, os ritos religiosos são verbais, escolas priorizam récita e memorização, direitos políticos não exigem instrução e sim propriedade.
- Livros só começam a ser impressos no Brasil em 1808, a partir da vinda da corte portuguesa.

1º Momento: Ausência de políticas

Império



- ❑ Após a vinda da Família Real ao Brasil, são criadas instituições culturais e educativas destinadas às elites.
- ❑ Constituição de 1824 menciona ensino primário gratuito (ao qual os escravos não tinham acesso), mas Ato Adicional descentraliza responsabilidade pela instrução popular às províncias.
- ❑ Primeiros cursos noturnos para adultos são obras filantrópicas de intelectuais das elites ocupados em regenerar e disciplinar as camadas populares (pobres brancos, negros libertos e até mesmo escravos).
- ❑ Censo de 1872 registra 82,6% de analfabetos (80,2% entre os homens e 88,5% entre as mulheres).
- ❑ Lei Saraiva de 1882 veda voto aos analfabetos.

1º Momento: Ausência de políticas .

Primeira República

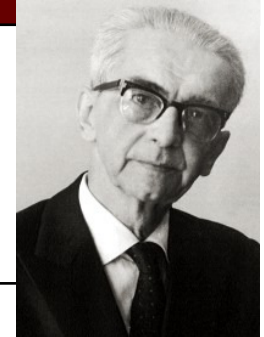


- Instrução adquire valor simbólico, sendo percebida como atributo distintivo das elites e camadas médias urbanas.
- O analfabetismo (65% na população acima de 15 anos) ganha conotação negativa, tido como vergonha e calamidade, e o analfabeto é visto como marginal e incapaz.
- Intelectuais se mobilizam em prol da instrução pública e da alfabetização das camadas populares entendida como regeneração do povo pela formação cívica, moral e higiênica.
 - ✓ 1915 – Liga Brasileira contra o Analfabetismo
 - ✓ 1924 – Associação Brasileira de Educação
- Movimento anarco-sindicalista e uniões de trabalhadores organizam cursos de alfabetização e formação profissional.

“O analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com as suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime. Exilado de si mesmo como em um mundo deshabitado, quase repellido para fóra da especie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena, e a nossa desídia indigna de perdão enquanto lhe não acudimos com o remedio do ensino obrigatorio” (Miguel Couto, 1923, citado por Rocha, p.76).

2º Momento:

As primeiras políticas públicas



Antecedentes:

- ❑ **Manifesto dos Pioneiros** da Escola Nova defende instrução pública e gratuita para crianças, jovens e adultos.
- ❑ **Frente Negra Brasileira** (1931/37) e **Teatro Experimental do Negro** (1944) incentivaram alfabetização dos afro-descendentes.
- ❑ **Constituição de 1934** estabelece dever do Estado na provisão do ensino primário extensivo aos jovens e adultos.
- ❑ Estado Novo estrutura **Ministério da Educação** e Saúde.

1945 – Regulamentação do **Fundo Nacional do Ensino Primário** reserva 25% dos repasses da União aos Estados à educação supletiva dos adultos. Criada **Unesco**, que incentiva alfabetização e educação de base.

1947 – Criado **Serviço de Educação de Adultos** no Departamento Nacional de Educação, sob comando de Lourenço Filho (*foto*). Tem início **Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos**, que vai até 1963.

1950 – Censo afere 50,5% de analfabetos. Tem início as **Missões Rurais** e, em **1952**, a **Campanha Nacional de Educação Rural**.

1957 – Criado o **Serviço de Rádio Educativo Nacional** (SIRENA).

1958 – Criada a **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo**

3º Momento: Os movimentos de educação e cultura popular dos anos 60

- ❑ **Contexto externo:** Encíclica *Rerum Novarum*, Revolução cubana, e Guerra Fria.
- ❑ **Contexto interno:** Urbanização e industrialização. Participação popular e efervescência política em torno das reformas de base.
- ❑ 1960 – Tem início **Movimento de Educação e Cultura Popular** do Recife, sob governo de Miguel Arraes. No ano seguinte o Movimento se estende à Paraíba e Rio Grande do Norte.
- ❑ 1961 – Tem início **Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”**, em Natal, no governo de Djalma Maranhão. Criado o **Movimento de Educação de Base** da CNBB.
- ❑ 1962 – Paulo Freire sistematiza o método de alfabetização. UNE incorpora alfabetização às atividades dos **Centros Populares de Cultura**.
- ❑ 1964 – Têm início preparativos do **Programa Nacional de Alfabetização** com método Paulo Freire.



4º Momento: Ditadura cria MOBRAL e institucionaliza Ensino Supletivo



- ❑ Governo militar reprime movimentos de educação e cultura popular e faz doações à **Cruzada de Ação Básica Cristã – ABC**.
- ❑ Em 1967 é criado o **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**
- ❑ Em 1971 a Lei 5692 de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus dedica um capítulo ao **Ensino Supletivo**, que incorpora antigos Exames de Madureza, e cuja doutrina é exposta em parecer do CNE.
- ❑ No final dos anos 70 têm início os **Centros de Ensino Supletivo** e atividades de educação de adultos pelo rádio e TV (Projeto Minerva e Ensino Supletivo via Rádio e TV).





5º Momento: Adultos conquistam direitos educativos na Constituição

- **1985** – Primeiro governo civil encerra Mobral e o substitui por **Fundação Educar**
- **1988** – **Constituição** consagra direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental gratuito e assume compromisso com erradicação do analfabetismo.
- **1990 - Ano Internacional da Alfabetização.** Conferência Mundial de **Educação para Todos** (Jontiem, Tailândia).
 - Governo Collor extingue Fundação Educar e cria **Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania**.
- **1994** – Após *impeachment*, governo Itamar Franco elabora **Plano Decenal de Educação** e cria **Comissão Nacional de Educação de Adultos (CNEJA)**.

6º Momento: Educação de Jovens e Adultos é marginal na reforma educacional



- ❑ Governo FHC reforma ensino para descentralizar e focalizar recursos no ensino fundamental de crianças e adolescentes.
- ❑ **1996 - LDB** reafirma Constituição. Emenda Constitucional 14 modifica ADCT. **Veto** do Presidente impede cômputo das matrículas de EJA no **FUNDEF**. Governo Federal lança **Alfabetização Solidária** e desativa CNEJA. Políticas de aceleração do fluxo escolar e registro de matrículas como ensino regular descaracterizam EJA.
- ❑ **1997 – V Conferência Internacional de Educação de Adultos** aprova Declaração de Hamburgo.
- ❑ **1998 –** Governo Federal dá início ao **Pronera** e **Recomeço**.
- ❑ **1999 –** Movimento dos **Fóruns de EJA** cresce e dá início à realização de Encontros Nacionais (**ENEJAs**).
- ❑ **2000 - Parecer 11 e Resolução 1** do CNE regulamentam EJA.

7º Momento: Alfabetização e educação de jovens e adultos voltam à agenda do Governo Federal

- ❑ **2003** – Tem início **Década das Nações Unidas para Alfabetização**. Governo Lula cria Secretaria Especial e Ministro Cristovam lança **Brasil Alfabetizado**. Recomeço vira **Fazendo Escola**.
- ❑ **2004** – Ministro Tarso Genro cria **SECAD** e reúne programas de alfabetização e educação básica na DEJA, mas outros programas ficam fora (Pronera, Escola de Fábrica, ProEJA e Pró Jovem).
- ❑ **2006** – Fazendo Escola abrange todo país. **FUNDEB** é finalmente votado pelo Congresso.
- ❑ **2009** – EJA é incluída no **PNLD** e **PNAE**.

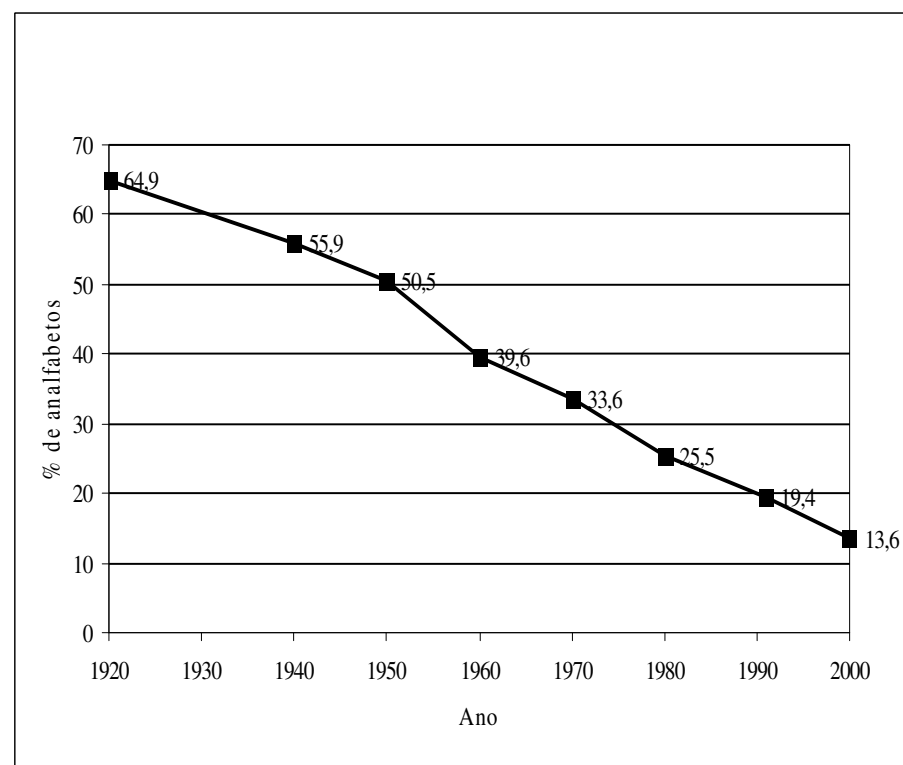
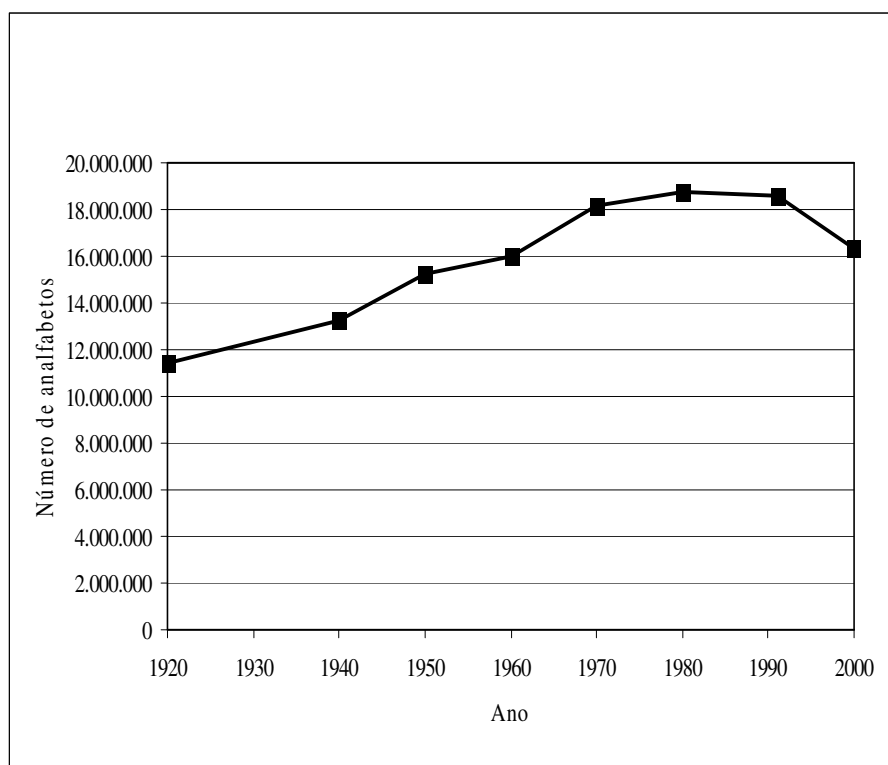




Brasil: Evolução do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais - 1920/2000

Ano/Censo	Total	Analfabetos	%
1920	17.557.282	11.401.715	64,90
1940	23.709.769	13.269.381	56,00
1950	30.249.423	15.272.632	50,50
1960	40.278.602	15.964.852	39,60
1970	54.008.604	18.146.977	33,60
1980	73.541.943	18.716.847	25,50
1991	95.837.043	19.233.758	20,07
2000	119.556.675	16.294.889	13,63

Brasil: Evolução do analfabetismo na população com 15 anos ou mais nos censos demográficos 1920 a 2000





Leituras recomendadas

- ❑ BEISIEGEL, C. A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. *Alfabetização e Cidadania*, São Paulo, n. 16, p. 19-27, jul. 2003.
- ❑ BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- ❑ GALVÃO, A. M., DI PIERRO, M. C. A construção social do preconceito contra o analfabeto na história brasileira. IN: *Preconceito contra o analfabeto*, cap. 2. São Paulo: Cortez, 2006, p. 31 -54 (Coleção Preconceitos, vol. 2)..
- ❑ GALVÃO, A. M.; SOARES, L. História da alfabetização de adultos no Brasil. IN: ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. (Org.) *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- ❑ HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.14, p.108-130, 2000.
- ❑ FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. Educação de adolescentes, jovens e adultos analfabetos. IN: *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo, Cortez, 2009, p. 209-263.
- ❑ PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 2ed. São Paulo: Loyola, 1983.